

TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA (*)

O objetivo deste trabalho é o de apresentar de forma sucinta as teorias de localização e as suas relações com a formulação de teorias do desenvolvimento regional. Parte-se do pressuposto básico de que o processo de desenvolvimento regional depende da dinâmica do funcionamento do sistema econômico-social a nível espacial e de que este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico. Em outras palavras, e ampliando uma idéia de H. C. Tolosa (1974, p. 1), o espaço geográfico, dentro de uma perspectiva geográfico-econômica, é o resultado das decisões locacionais dos agentes econômicos e das interações daí decorrentes e isto com base, principalmente, em fatores puramente econômicos, geográficos e sócio-políticos. Com isto, fica ressaltado o fato de que a localização dos agentes econômicos (firmas, governo e consumidores) em pontos diversos do espaço e sob formas variadas, será fundamental na determinação do caráter das relações que mantêm entre si, dando configuração dinâmica a um lugar.

TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO

A Teoria do Estado Isolado

A Teoria do Estado Isolado de Johann Heinrich von Thünen (1783-1850), foi a primeira contribuição à Teoria Geral da Localização (Thünen 1826). Segundo P. Haggett (1972, p. 267) von Thünen "não somente legou os fundamentos para uma análise refinada da localização da agricultura, mas estimulou interesses em torno de uma mais ampla área da análise locacio-

* Professor-Titular do Instituto de Geociências da UFBA.

nal". É então considerado, com justiça, o patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais. Fazendeiro, perto de Rostock (Mecklenburg), Alemanha, von Thünen soube reunir, analisar e interpretar uma série de informações e dados contábeis, os quais forneceram as bases empíricas para sua teoria.¹

Utilizando-se de um modelo, von Thünen imaginou uma região isolada do resto do mundo — um Estado Isolado de forma circular — com as seguintes características principais, além do isolamento:

— uniformidade das condições naturais que redundaria nos mesmos custos de produção;

— a existência de uma única cidade-mercado na parte central do Estado, com a qual os agricultores comerciavam, vendendo seus produtos agrícolas e comprando produtos industrializados;

— uniformidade das condições sócio-culturais da população, que implicava em uma mesma tecnologia e utilização dos recursos, repercutindo de maneira igual nos custos de produção;

— existência de um só tipo de transporte da produção agrícola para o mercado central, o que implica em custos padronizados diretamente proporcionais à distância.

Este modelo permitiu a von Thünen demonstrar alguns fatos fundamentais que diz respeito aos padrões espaciais da produção agrícola. Considerando que no mercado central se paga o mesmo preço para uma determinada quantidade de um produto, quer venha de perto ou de longe, e considerando ainda que os custos de produção seriam os mesmos em qualquer parte do espaço, von Thünen admitiu que os lucros dos agricultores seriam uma função dos custos de transporte. "Conseqüentemente, a maior vantagem locacional (e a mais alta renda locacional) é encontrada em locais imediatamente adjacentes ao mercado e esta vantagem declina com o aumento da distância do mercado". (Lloyd e Dicken, 1972, p. 17). Na realidade, von Thünen fala em renda da terra (Landrente ou Bodenrente) e não em renda locacional, mas os dois conceitos podem ser tomados como a renda excedente obtida de uma unidade de terra, em comparação com outra unidade. Entretanto, há uma pequena mas necessária diferença conceitual apontada por Lloyd e Dicken (1972, p. 16): "No mundo real, as causas destas

1. Waibel, L. (1958), p. 72 afirma que há uma polêmica em saber se o método de Thünen foi descritivo-indutivo ou abstrato-dedutivo. Podemos dizer ainda com Waibel que "para nós interessa essencialmente a questão de saber até onde a concepção do "Estado Isolado" é um conceito puramente abstrato e até que ponto se fundamenta em realidades concretas".

diferenças são muitas, das quais a mais óbvia é, certamente, a fertilidade, mas no modelo simplificado a única possível vantagem é aquela da localização em relação ao mercado para produtos agrícolas". Seria então mais desejável, de acordo com a sugestão de P. Lloyd e P. Dicken, usar a expressão renda locacional do que renda da terra, quando a referência é feita ao modelo original.²

A renda locacional seria então o fato preponderante para que a planície homogênea possa ser imaginada não mais como uma área uniforme de produção agrícola, mas sim como tendo zonas distintas de uso da terra.

Isto permitiu a von Thünen a proposição de seis zonas concêntricas em torno do mercado central, segundo as condições vigentes na Europa no início do século XIX.³ Por outro lado, é preciso esclarecer que a vantagem locacional do agricultor que se localize perto da cidade, graças às economias no custo de transporte, permitirá a ele o uso destes recursos para um mais abundante emprego de mão-de-obra e de insumos que permitirão um crescimento de sua renda agora com a diminuição dos custos de produção. Ocorrem assim diferenciais sensíveis de produtividade, lucro e intensidade do uso da terra entre as áreas próximas da cidade e as distantes. Com isto, o fator distância não somente é importante na escolha dos produtos, como também na dos sistemas de produção a serem empregados.

Segundo E. S. Dunn (Haggett, 1972, p. 270), que contribuiu com uma extensão da teoria, seria possível estudar a renda locacional de qualquer produto em qualquer localização pela fórmula: $L = Y(P-C) - YD(F)$ onde: L = renda locacional ($\$/\text{km}^2$); Y = produtividade (t/km^2); P = preço de mercado ($\$/\text{t}$); C = custo de produção ($\$/\text{t}$); D = distância para o mercado central (km); F = custo de transporte ($\$/\text{t}/\text{km}$).

P. Haggett (1972, p. 270) dá um exemplo bastante esclarecedor: "...para um produto agrícola com a produtividade de 1.000 t/ km^2 , valendo US\$100/t no mercado central, com um custo de produção de US\$50/t e US\$1/t/km de custo de transporte, a renda locacional no centro da cidade seria US\$50.000/ km^2 , a 10 km de distância US\$40.000/ km^2 e a 20 km de distância somente US\$30.000/ km^2 . Além de 50 km a produção seria uma perda". Assim, a escolha entre dois produtos (i e j) para

2. Lloyd, P. e Dicken, P. falam de "economic rent", mas a empregam no sentido de renda da terra acima definido (id. p. 16).

3. Assim, o princípio causal é que deve ser generalizado e não o exemplo de von Thünen.

a mesma área dependeria de dois fatores básicos: produtividade (Y) e lucro relativo (P-C), ou seja, por exemplo, quando a condição $1 < \frac{Y(P-C)_i}{Y(P-C)_j} < \frac{Y_i}{Y_j}$ obtida para os produtos i e j, eles formam duas distintas zonas espaciais, o produto i domina uma área circular adjacente à cidade e o produto j ocupa uma zona circular imediatamente posterior". (Haggett, 1972, p. 270).

A teoria do Estado Isolado foi e continua a ser testada em inúmeras partes do globo. Dois dos últimos trabalhos de que se tem notícia — um sobre os EUA e outro sobre o Uruguai — concluíram pela validade da mesma (Muller, 1973 e Griffin, 1973). No Brasil, ela foi introduzida por Leo Walbel (1958), mas só recentemente tem sido objeto de estudos, merecendo ainda uma maior atenção por parte dos geógrafos brasileiros. (Pfeifer, 1962; Geiger *et al.*, 1974).

A Teoria de Localização Industrial

A segunda contribuição importante para a teoria da localização das atividades econômicas foi a de Alfred Weber (1909) com sua proposição sobre a localização das indústrias.

Weber procurou demonstrar, com base também em um modelo, que, supondo a existência de custos uniformes de produção sobre um espaço considerado, a localização das indústrias seria efetuada no ponto onde os custos de transporte seriam minimizados. Os custos de transporte, por sua vez, seriam uma função de dois fatores: o peso dos materiais localizados e do produto envolvido, relacionado com a distância a ser percorrida, o que permite estabelecer um índice de custo, t/km. O modelo weberiano seria, então, o da procura do melhor local de produção minimizando o total de t/km no processo de relações *input-output* de uma empresa industrial. Os materiais são classificados por Weber em dois tipos: ubíquos ou não localizados, que correspondem aos que são encontrados em toda a parte, não exercendo, por isto, nenhuma força locacional e localizados, ou seja, os que têm uma distribuição universal, emitindo, por isso mesmo, importantes forças locacionais.

Os materiais localizados são, como já mencionamos, analisados quanto ao peso, sendo classificados em dois tipos principais: os materiais que entram com peso total na constituição do produto e os que sofrem uma perda do peso original no processo industrial. Quando ocorrer perda de peso dos materiais, haverá a orientação para a localização junto aos recursos. Caso contrário, a orientação será junto ao mercado consumidor.

O problema da localização da produção industrial seria então "uma função dos custos diferenciais de transporte decorrentes do deslocamento de uma variedade de materiais localizados e do produto final sobre o espaço" (Lloyd e Dicken, 1972, p. 60). A. Weber valoriza assim a análise dos custos de transporte na orientação da localização industrial. A influência dos custos de mão-de-obra e de outros custos de produção seria vista na análise weberina em termos de possibilidade de alteração da localização, determinada pelos custos mínimos de transporte.

Tentando ver o problema da localização industrial em uma forma mais ampla, F. Mota (1968, p. 6) resume-o como uma relação funcional entre o custo total da atividade industrial, o custo de transporte e os custos de beneficiamento ou transformação. Assim, teríamos algebricamente: $CT_{ai} = f(C_t, C_p)$ onde: CT_{ai} = custo total da atividade industrial; C_t = somatório dos custos de transporte; C_p = somatório dos custos do processo industrial.

A Teoria da Localização Industrial de A. Weber, embora não tenha sido testada por nenhum geógrafo brasileiro — quer em suas proposições originais, quer em suas extensões recentes — parece talvez não oferecer maiores dificuldades de aceitação. Isto seria uma decorrência do pressuposto de que o princípio da racionalidade econômica é mais freqüente no setor industrial do que no setor agrícola. Assim, com relação a outros países, D. E. Keeble (1967) cita vários estudos relevantes de geógrafos com base em Weber, dentre os quais destacamos os de O. Lindberg (1953) e R. A. Kennelly (1954). O último, por exemplo, foi sobre a indústria siderúrgica no México, cuja localização seria orientada para o princípio do transporte no qual o peso e a distância foram os mais importantes fatores.

Por outro lado, novas proposições têm surgido sobre o problema da localização industrial, considerando que a premissa de que as firmas conhecem todos os dados relevantes, ao se tomar a decisão locacional, não seria um fato comum (Weber, 1972) ou, então, considerando que as variações regionais nos custos de transporte não seriam muito importantes para determinados países, como é o caso, por exemplo, da Suécia.⁴ Isto permitiu propor então uma valorização dos fatores psicológicos ligados ao processo de tomada de decisões por parte dos empresários, o que, em suma, corresponde à aplicação do behaviorismo ao problema locacional. Com isto, a ênfase é dada a

4. Törnqvist, G. (1970). Este autor destacou a importância dos contatos pessoais como fator recente de localização na Suécia, superando a variação nos custos de transporte.

fatores intangíveis como, por exemplo, o bem-estar social, as atitudes das comunidades, as preferências pessoais dos empresários etc.⁵

A Teoria dos Pólos de Crescimento

Embora não tenha sido apresentada originalmente como uma Teoria de Localização Industrial, a Teoria dos Pólos de Crescimento, de François Perroux (1955), deve ser mencionada como um poderoso instrumento analítico do problema em questão. As proposições iniciais seriam sobretudo relacionadas com uma Teoria do Crescimento Econômico, pelas múltiplas relações que propõe no sistema econômico, mas o destaque que é dado ao setor industrial faz dela também uma teoria de localização industrial. Este conceito é ampliado por muitos no sentido de uma Teoria Dinâmica da Localização (Lasuén, 1969, p. 12) ou ainda em uma Teoria da Dominação (Hilhorst, 1973, p. 19).

Assim, Perroux propõe basicamente um modelo de crescimento econômico setorial desequilibrado e que só posteriormente foi considerado em suas repercussões espaciais. O crescimento econômico seria uma função do crescimento do setor industrial, particularmente de certas indústrias inovadoras e propulsoras chamadas "indústrias motrizes", apresentando as mais elevadas taxas de crescimento do sistema econômico. Estas indústrias exercem "efeitos de arraste" sobre outros conjuntos nos espaços econômicos e geográficos. Assim, o setor dinâmico atrai novas indústrias fornecedoras e compradoras de insumos, formando um complexo industrial caracterizado por um elevado grau de concentração industrial e populacional e ainda pela elevada interdependência existente entre as indústrias. Este complexo não teria somente repercussões no setor terciário.

O setor primário seria chamado a fornecer insumos e alimentos em quantidade e qualidade suficientes e o setor terciário seria incumbido da direção das relações intersetoriais, dos avanços tecnológicos e dos serviços gerais à população. O crescimento econômico ou o desenvolvimento econômico poderiam então ser iniciados.⁶

5. Sobre o ponto de vista comportamental no processo de tomada de decisões destaca-se na Geografia o trabalho de Wolpert, J. (1964).

6. A diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico deve ser encontrada no predomínio dos aspectos quantitativos do primeiro conceito, indicando expansão do sistema sem apresentar, contudo, mudanças estruturais, enquanto que no segundo caso há o predomínio de elementos qualitativos, revelando a difusão do bem-estar, com mudanças no sistema econômico-social.

O modelo de F. Perroux, em termos de localização industrial, tem sido objeto de várias constatações empíricas e tem servido de orientação para a formulação de políticas de localização industrial. Entretanto, o papel da indústria motriz foi questionada em algumas situações. Chinitz, *apud* D. E. Keeble (1967, p. 282), indica que juntamente a presença de uma poderosa indústria motriz pode inibir o desenvolvimento industrial, impedindo o aparecimento de novas firmas. O exemplo oferecido é o de Pittsburg, onde o papel preponderante da indústria metalúrgica primária sobre os mercados de capital e de trabalho age como uma barreira para o desenvolvimento de novas firmas. Por outro lado, muitos pólos de crescimento existem sem a presença de uma indústria motriz. Keeble (1967, p. 283) cita vários exemplos, dentre os quais destacamos os das cidades do México e São Paulo, este último tomado do estudo de P. James (1959, p. 449-501).

A influente indústria automobilística paulistana, entretanto, pode ser agora indicada como uma indústria motriz, somente observando-se que a mesma foi instalada após a formação de um importante e diversificado complexo industrial. Críticas mais sérias foram formuladas por M. Blaug (1964), refutadas por J. G. M. Hilhorst (1973). J. R. Lasuén (1969, p. 9-13) aponta também vários problemas: a definição de indústria motriz seria imprecisa, a de complexo industrial, incompleta; a explicação das inter-relações entre a indústria motriz e o complexo industrial, parcial; e, finalmente, a explicação de F. Perroux sobre as relações entre o crescimento do pólo e o da nação e, quando menos, errônea em parte. "A inabilidade de F. Perroux para deduzir um aparato analítico claro, a fim de descrever a dinâmica dos pólos de crescimento, pode ser sem dúvida atribuída a seu desejo (assim como o de seus seguidores) de fazer uso imediato do conceito de pólo de crescimento na planificação" (Lasuén, 1969, p. 11). Este uso, tendo sido via análises de relações interindustriais do tipo insumo-produto, teria limitado a riqueza conceitual de F. Perroux em função do fracasso geral das políticas de insumo-produto (Lasuén, 1969, p. 11). Este problema implicou no afastamento da contribuição primeira de F. Perroux, em ampliar as proposições de desenvolvimento como inovação, de J. Schumpeter.

Os problemas referentes à Teoria dos Pólos de Crescimento foram aqui levantados, considerando-se a grande importância que se atribui à mesma, tanto no aspecto locacional como no estratégico, conforme veremos posteriormente, e à limitada informação entre nós sobre estes mesmos problemas, o que poderia comprometer as tarefas de análise e de planejamento regional.

Isto, entretanto, não desmerece o valor da Teoria dos Pólos de Crescimento em termos conceituais e analíticos, e nem tampouco em termos operacionais na medida em que a tomamos em seus aspectos mais favoráveis, quais sejam os de valorização da dinâmica interdependência industrial e das relações intersetoriais, vistas também sob um ângulo espaço-temporal, em termos de concentração e difusão.

A Teoria dos Pólos de Crescimento tem sido largamente aplicada em inúmeros países. No Brasil, geógrafos, economistas e planejadores já há um bom tempo vêm utilizando as proposições de F. Perroux, em suas análises e ações de planejamento.⁷

A Teoria das Localidades Centrais

Enquanto as teorias anteriores foram contribuições de economistas (acadêmicos ou práticos, como é o caso único de J. H. von Thünen), a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller⁸ é de um geógrafo. Esta distinção é feita somente com o intuito de acentuar a contribuição de Christaller à própria Geografia, dado o seu pioneirismo na abordagem teórico-quantitativa.

Entretanto, a proposição de W. Christaller foi também incorporada à Teoria Geral da Localização e muito particularmente pelos economistas que, sobretudo a partir do início da década de 1950, iam se interessando cada vez mais pelos problemas regionais, chegando, um grupo, a fundar uma "Ciência Regional", sob a influência de Walter Isard.⁹

W. Christaller procurou uma teoria de localização para os serviços e instituições urbanas que pudesse corresponder à Teoria de Localização da Produção Agrícola, de J. H. von Thü-

7. A título de exemplo, mencionaremos: Andrade, M. C. (1970), Ferreira, C. M. C. (1971), Faissol, S. (1972), Haddad, P. R. e Schwartzman, J. (1972) e Tolosa, H. C. (1972).

8. Christaller, W. (1933). Citaremos, a seguir, sempre a edição americana de 1966.

9. Aos esforços iniciais dos economistas da Associação de Ciência Regional (Regional Science Association) logo vieram juntar-se os de outros profissionais, inclusive os de geógrafos de vários países. Estes, após uma fase de duras reflexões ao ver o seu até então considerado principal reduto, a região, ser paulatinamente "invadido" por disciplinas vizinhas, resolveram participar ativamente dos trabalhos da Associação de Ciência Regional aceitando implicitamente o caráter interdisciplinar da abordagem regional. A tal ponto acentuou-se a integração da Geografia nos trabalhos do grupo de Ciência Regional que W. Isard considerou, recentemente, não ser possível distinguir os geógrafos "modernos" dos cientistas regionais. V. Isard, W. (1969). Sobre outros trabalhos de W. Isard destacamos o de 1956 e o de 1960.

nen, e à Teoria de Localização das Indústrias, de Alfredo Weber.

W. Christaller parte da hipótese de que a centralização como princípio de ordem, isto é, como uma forma de organização observada no mundo orgânico e inorgânico¹⁰, é também encontrada na esfera humana, predominantemente em certas estruturas organizacionais expressas "em uma invisível forma objetiva", o que seria particularmente observado na distribuição do povoamento, onde as cidades se destacariam como centro de uma região. Isto passou a ser então objeto da investigação do pesquisador alemão, no sentido da busca de leis que determinam o número, tamanhos e a distribuição das cidades. É preciso observar, de início, que nem todos os centros populacionais são cidades (lugares centrais), na concepção de W. Christaller. Estes últimos podem ser definidos como centros, cuja função principal é a da distribuição de bens e serviços a uma região em torno. Ora, nem todos os centros populacionais exercem esta função como, por exemplo, os centros cuja população vive somente de suas atividades agrícolas, os centros somente ligados à mineração, os centros unicamente industriais etc. Bens e serviços centrais são, então, "produzidos e oferecidos em um pequeno número de pontos necessariamente centrais de forma a ser consumidos em muitos pontos dispersos". (Christaller, 1966, p. 19). Para a compreensão disto, é preciso tomar em consideração os conceitos de *limiar* e *alcance* de um bem e de um serviço central, daqui por diante designados somente como bem central.

O nível mínimo de demanda para assegurar a produção de um bem é o limiar (*threshold value*). Acima deste as receitas das firmas de uma determinada cidade, provenientes da distribuição de bens e serviços serão crescentes. Por alcance de um bem ou serviço (*the range of a good*), entende-se a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer, objetivando adquirir um bem ou utilizar um serviço. A esta altura, é preciso considerar que os valores referentes aos limiares e ao alcance para os bens variam bastante, segundo os tipos de bens. "Alguns destes têm baixos limiares (*low-order goods*) e um correspondente alcance limitado, enquanto outros necessitam um mais alto nível de demanda para sua existência e um alcance mais extenso (*high-order goods*). Por exemplo, o pão seria um bem de pequeno alcance, enquanto os serviços de um médico especializado seriam de alcance extenso" (Lloyd e Dicken, 1972, p. 13).

10. Como, p. ex., a cristalização de uma massa em torno de um núcleo.

Mas, segundo W. Christaller, "o fato mais decisivo no desenvolvimento dos lugares centrais não é o consumo dos bens centrais, mas a receita da venda dos bens centrais, i.e., a renda líquida (igual à renda bruta menos a produção e outros custos) que os habitantes dos lugares centrais ganham".¹¹ Isto porque W. Christaller supõe que um lugar central não somente distribui bens e serviços relativos à sua importância, mas também a centros colocados em uma posição inferior. Com isto, fica patente a idéia de hierarquia das localidades centrais e para tanto é preciso retomar o conceito de limiar e de alcance de um bem acima exposto. Em função do primeiro conceito, não é possível que todos os bens e serviços sejam oferecidos em todas as localidades centrais, fazendo decorrer daí o princípio da hierarquia no sentido de que os bens e serviços com limiares e alcance mais elevados irão ser oferecidos em um pequeno número de centros.

Por outro lado, os bens e serviços com limiares e alcances menos elevados serão oferecidos em um grande número de centros. Entre esses dois extremos completa-se a hierarquia das localidades centrais, ou seja, aparecem os centros intermediários de diferentes níveis oferecendo uma correspondente gama de bens e serviços.

Em resumo, é preciso ressaltar os três fatores fundamentais apontados por W. Christaller, na constituição do sistema de localidades centrais:

— o princípio básico é o do mercado, i.e., aquele que diz respeito à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais;

— o segundo é o princípio do tráfego ou da circulação, que é o de satisfazer o máximo de demanda para transporte com o mínimo de custo, o que vale tanto no estabelecimento do tráfego, quanto para a operação do sistema de transporte;

— o terceiro é o princípio da administração, que tem como objetivo principal o da criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendido de acordo com o princípio do mercado.

Os dois últimos podem apresentar uma distorção do modelo hexagonal constituído pelo princípio de mercado. Assim, o prin-

11. Christaller, W. (1966), p. 28. Tal parte tem recebido pequena atenção por parte dos geógrafos e dos economistas. As pesquisas sobre diferenciais de produtividade do setor terciário dentro de um sistema urbano deveriam então receber a classificação de prioritárias, visando o conhecimento mais detalhado da rede de localidades centrais.

cípio do tráfego explicaria o maior desenvolvimento linear das localidades centrais ao longo das principais vias de transporte e o da administração explicaria as modificações do sistema decorrentes de barreiras político-administrativas ou de estruturas administrativas exageradamente centralizadas.

Ainda um outro alemão, A. Lösch (1940), — mas desta feita um economista — contribuiu para a compreensão dos problemas locais urbanos além dos de localização das demais atividades econômicas.

Segundo Böventer (1963), enquanto W. Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, A. Lösch começa pelas áreas menores e introduz sucessivamente áreas de mercado maiores. Assim sendo, no sistema de A. Lösch se obtém um número maior de redes, cujos hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo.

Talvez por ter sido formulada por um geógrafo, a Teoria das Localidades Centrais, de W. Christaller, foi a mais empregada e citada das teorias locais pelos geógrafos brasileiros. Entretanto, forçoso é reconhecer, falta ainda entre nós uma análise extensa e profunda como, por exemplo, a de J. Gaspar (1972), feita para a zona de influência de Évora, Portugal, que é provavelmente o melhor estudo regional em língua portuguesa, com base em Christaller. No Brasil, os estudos de sistemas de localidades centrais desenvolvem-se bastante, mas é preciso destacar a necessidade de novos testes empíricos (veja: Corrêa, 1968; Corrêa e Lojkasek, 1972 e Teixeira, 1972). Na Bahia, a Teoria das Localidades Centrais vem sendo aplicada no estudo da região de Santa Maria da Vitória, prevendo-se o mesmo procedimento para todas as demais regiões administrativas do Estado, delimitadas também com base em uma análise da centralidade urbana. (Veja: Ornelas e Silva, 1974, Silva e Galbraith, 1973 e Soares, 1973).

A Teoria Centro-Periferia

Embora possa ser talvez considerada mais corretamente uma teoria da estrutura espacial do que uma teoria da localização das atividades econômicas, colocamos a chamada Teoria Centro-Periferia entre as últimas, considerando os aspectos sintéticos que a mesma apresenta com relação aos aspectos locais.

Apresentaremos a Teoria Centro-Periferia com base nas proposições do pesquisador norte-americano John Friedmann (1969). Entretanto, é preciso mencionar a contribuição pioneira

do economista argentino Raul Prebisch, na elaboração das idéias sobre Centro-Periferia. Em 1949, em um estudo econômico sobre a América Latina, Prebisch valorizou as relações do continente (sobretudo as relações de ordem comercial) com as economias industrializadas, considerando estas últimas como o centro do sistema econômico e a América Latina como periferia (CEPAL/ONN, 1945).

Por sua vez, J. Friedmann (1969) soube generalizar os problemas de funcionamento da economia a nível espacial, unificando as teorias já apresentadas, através de uma ampliação da de Pólos de Crescimento (Perroux, 1955). Estes deixaram então de ser vistos somente do ângulo industrial e passaram a ser enquadrados como o somatório de todas as atividades econômicas. Para J. Friedmann, historicamente, os pólos de crescimento seriam áreas de atividade econômica concentrada e altamente interdependente, que têm exercido uma influência decisiva no caráter e ritmo do desenvolvimento econômico do sistema ou subsistemas em questão. Economicamente, seriam todas as atividades econômicas relacionadas com as que representassem atividades propulsoras do crescimento ou desenvolvimento econômico. Geograficamente, os pólos de crescimento são considerados, pelo autor do modelo, como centros para a geração e difusão espacial das inovações. Por esta razão, além de ser utilizada como instrumento analítico, a Teoria Centro-Periferia tem sido usada como instrumento operacional ligado a tarefas do desenvolvimento regional, conforme veremos no item a seguir.

J. Friedmann pressupõe que as tendências à concentração das atividades econômicas e da população seriam poderosas e que o rendimento do sistema econômico seria controlado em grande parte pelo pólo de crescimento e, com isto, os fluxos de saída de recursos da periferia seriam maiores que os de retorno, i.e., fluxos do pólo para a periferia. Basicamente, admite-se então a existência de um certo número de pólos (ou um só), formando o centro do sistema econômico e de áreas, constituindo uma periferia dependente. Quando a estrutura fosse unipolar seria mais flagrante a tendência generalizada do centro crescer às expensas da periferia. "Neste caso, só a intervenção planejada é capaz de romper a opressão colonial do pólo de controle, ativando um ou mais pólos de crescimento potenciais na periferia" (Friedmann, 1969).

Antes de entrar nestes aspectos do planejamento regional, é preciso apresentar os tipos de região esquematizados por J. Friedmann. O primeiro tipo seria evidentemente a *core region*, i.e., a região central que corresponde às atividades econômicas

metropolitanas concentradas com um alto potencial para a inovação e crescimento. Este tipo pode ser subdividido em quatro subtipos associados ao princípio da hierarquia urbana: centros de primeira ordem, de importância nacional; centros de segunda ordem, de importância regional; centros de terceira ordem, de importância sub-regional e centros de quarta ordem, de importância local, ligados ao campo.

O segundo tipo de região seria considerado como região de transição ascendente. São áreas periféricas cuja localização é próxima à região central e por isso aparecem como área de expansão natural deste ou então cujas disponibilidades de recursos naturais e humanos promovem um dinamismo das atividades econômicas. Os corredores de desenvolvimento, que se localizam entre dois centros de importância nacional, seriam um caso especial deste segundo tipo.

O terceiro tipo constituir-se-ia de regiões fronteira-de-recursos, que são áreas periféricas de povoamento recente, resultando na transformação de áreas anecumênicas em áreas produtivas, muitas vezes em pequeno espaço de tempo. A importância do uso de recursos naturais é aqui fundamental.

O quarto tipo no modelo de J. Friedmann é a região de transição descensional, correspondendo a áreas periféricas de povoamento antigo, com atividades agrícolas estagnantes ou declinantes, mas certamente de baixa produtividade, ou a velhas áreas industriais, ou ainda a áreas onde ocorreu a exaustão de recursos naturais, causando declínio nas atividades econômicas.

O modelo Centro-Periferia deve ser demonstrado aqui em seus aspectos relativos à localização das atividades econômicas. Sem dúvida, ele permite uma visão dinâmica dos aspectos locais relativos aos três setores da economia, vistos em conjunto. Com efeito, a região central tenderá a ser aquela que concentrará a maior parte das atividades econômicas, exercendo uma renovada atração sobre os novos investimentos em função das economias de escala, da redução dos custos de transporte, das poderosas economias de aglomeração e das "economias de poder" daí decorrentes, ou seja, do controle que exerce sobre o sistema econômico nacional, incluindo-se aí o controle sobre as regiões periféricas.

Neste sentido, vários autores têm demonstrado que entre a região central e as periféricas estabelecem-se dois tipos principais de relações: as favoráveis e as desfavoráveis às regiões periféricas. Para F. Perroux, teríamos *effets d'entraînement* (efeitos dinamizadores) e *effets de stoppage* (efeitos de frenação, bloqueadores), para G. Myrdal, teríamos *spread effects*

(efeitos de difusão, propulsores) e *backwash effects* (efeitos para trás, regressivos) e, finalmente, para A. Hirschmann, teríamos *trickling-down effects* (efeitos de escorrer, fluentes, propulsores) e *polarisation effects* (efeitos de polarização, regressivos). Veja: Myrdal, 1957; Hirschmann, 1960 e Perroux, 1964).

Os efeitos são favoráveis às regiões periféricas, quando a região central não mais transaciona e investe nas regiões periféricas somente em seu próprio benefício, passando a existir complementaridade entre as regiões. Os efeitos são desfavoráveis às regiões periféricas, quando as atividades destas não conseguem crescer como decorrência das relações de dependência mantidas com a região central.¹²

É do balanço entre os efeitos favoráveis e desfavoráveis às regiões periféricas que o modelo centro-periferia irá evoluir, acentuando com maior ou menor intensidade a concentração espacial das atividades econômicas e por que não dizer, do desenvolvimento econômico-social.¹³

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Teoria do Desenvolvimento Regional Induzido Interna ou Externamente

Apesar do grande impulso que o tema desenvolvimento regional vem recebendo nos últimos trinta anos, é preciso concordar com J. G. M. Hilhorst, quando afirma que ainda “não existe uma teoria adequada do desenvolvimento regional” (Hilhorst, 1973). O próprio autor citado propõe, entretanto, uma Teoria do Desenvolvimento Regional, que corresponde claramente a uma extensão do modelo centro-periferia anteriormente apresentado e relacionado ao modelo de dominação de F. Perroux.¹⁴

12. Neste caso, as atividades das regiões periféricas não têm condições de competir com as da região central. Um exemplo expressivo de efeitos desfavoráveis é o déficit da ordem de 600 a 700 milhões de dólares anuais que o Nordeste apresenta nas suas transações com o resto do País. (Discurso do Ministro Pratini de Moraes, na abertura do Simpósio Franco-Brasileiro sobre a Indústria Petroquímica, Salvador, 3 a 9/12/72).

13. O modelo teórico Centro-Periferia tem sido objeto da preocupação de vários pesquisadores brasileiros, dentre os quais poderíamos destacar: Geiger, P. P. (1970), Becker, B. K. (1972), Faissol, S. (1972), Becker, B. K. (1974) e Geiger, P. P. e Davidovich, F. R. (1974).

14. Na realidade, o propósito de J. G. M. Hilhorst não foi exatamente o de oferecer uma nova e acabada teoria de desenvolvimento regional, mas sim o de sintetizar e ampliar as mais comumente apresentadas. Desta forma, o problema da formulação de uma teoria do desenvolvimento regional deverá

J. G. M. Hilhorst adota o conceito de região como um subsistema aberto, fazendo parte de um sistema maior e busca, nas inter-relações mantidas, as proposições de sua teoria. Assim, e como base na Teoria Geral dos Sistemas, com a interação entre os dois subsistemas (no caso, centro e periferia), haverá um fluxo de energia proveniente do subsistema menos organizado ao mais organizado. J. G. M. Hilhorst demonstra, entretanto, que “o modelo centro-periferia se constitui num caso especial do modelo de dominação” (Hilhorst, 1973, p. 40). O primeiro — o modelo centro-periferia — consideraria, apenas, o desempenho das chamadas forças extrativas do sistema espacial e o segundo — o de dominação — demonstraria, de forma ampla, como se desenvolvem as forças distributivas, complementando o componente da extração.

O último componente citado permitiria ao centro beneficiar-se de um lucro líquido, decorrente de suas relações com os subsistemas dominados (periferia). As forças distributivas permitiriam aos subsistemas dominados a utilização do campo de forças existente, visando promover o seu próprio desenvolvimento.

Assim, é possível destacar fatores internos e externos de crescimento regional. Os fatores internos seriam, sobretudo, ligados às vantagens que a periferia poderia tirar da especialização interna da produção, decorrente do uso eficiente dos recursos e das inovações por parte de empresários, administradores e intelectuais. Esta especialização é responsável pelo aumento da produtividade que irá compensar os custos de transporte e de comercialização. O decorrente desenvolvimento dos sistemas de transporte e de comercialização irá formar núcleos urbanos hierarquizados, atraindo novas atividades. Em um determinado momento, a competição se estabelecerá no mercado nacional e internacional e assim a região Periférica irá acelerar cada vez mais o seu desenvolvimento. Neste estágio, ela terá as vantagens de possuir os dois fatores de crescimento: os internos e os externos.

Os fatores externos seriam relacionados com a teoria da base de exportação regional (North, 1955). Esta explica o desenvolvimento de uma região através da demanda externa para seus recursos naturais e/ou humanos (recursos minerais, condições ecológicas favoráveis, recursos cênicos, portos naturais, mão-de-obra etc., tomados isoladamente ou em conjunto). Os efeitos multiplicadores para a região serão idênticos aos das ex-

merecer uma atenção especial nos próximos tempos para que o mesmo atinja os níveis teóricos já alcançados pela localização das atividades econômicas e até mesmo pelos problemas de desenvolvimento nacional.

portações de um país. O desenvolvimento das exportações regionais, a partir da satisfação de algumas precondições (vantagens sobre outros produtores, acessibilidade aos recursos, disponibilidade de fatores etc.) exigirá a implantação de uma infra-estrutura física e de instituições que darão origem então a um sistema urbano. A partir de um determinado momento, o mercado regional será suficientemente amplo para justificar investimentos, visando o atendimento da demanda interna, possibilitando também a competição com produtores de fora da região. Nesta fase, os fatores internos de crescimento serão importantes e poderão permitir o crescimento regional auto-sustentado.

Os fatores internos e externos acima, simplificados, são considerados de elevada importância, a ponto de cada um deles constituir, isoladamente, uma Teoria do Desenvolvimento Regional (Stöhr, 1974, p. 11). Assim, teríamos uma Teoria do Desenvolvimento Induzido Externamente (Teoria da Base de Exportação Regional) e outra Induzido Internamente (conhecida como Teoria do Setor). Reconhece-se, evidentemente, as interdependências e assim W. Stöhr destaca que “o padrão espacial de um país ou de uma região de desenvolvimento é altamente influenciado pelo padrão espacial criado por qualquer dos dois processos que primeiro se implante, i. e., induzido internamente ou externamente. Substituições posteriores no padrão da região irão depender da intensidade relativa com a qual o primeiro processo estabelecido é capaz de induzir ou atrair o outro (Stöhr, 1974, p. 12).

Retomando a proposição de J. G. M. Hilhorst, é preciso observar que o modelo centro-periferia seria explicado por fatores como custo de transporte e economias de escala e de aglomeração, enquanto que as relações de dominação-dependência seriam explicadas pelas diferenças de poder entre os subsistemas. Há uma evidente interdependência entre os dois modelos. Assim, a dominação evidencia dois componentes complementares já mencionados: o da extração e o da distribuição.

“Os componentes extrativo, nas relações de centro-periferia, continuará mais forte do que o componente distributivo, até que a periferia tenha criado elites regionais (...). Como consequência do acesso aos sistemas de tecnologia e informações do centro pelas elites das regiões, e sua participação em relevantes processos de decisão, ocorrerá uma gradual superposição do conjunto de valores e atitudes da periferia sobre as do centro” (Hilhorst, 1973, pp. 67-68). As forças distributivas passarão, assim, a atuar objetivando a utilização do processo de dominação para a satisfação dos interesses da periferia.

É fundamental nesse caso uma dispersão do sistema educacional e de outras instituições, visando permitir à periferia o acesso à tecnologia superior.

Concluindo, a Teoria do Desenvolvimento Regional, apresentada por J. G. M. Hilhorst, seria uma função de fatores internos e externos de crescimento condicionado por fatores sócio-políticos, objetivando uma expansão das forças distributivas, permitindo a difusão espacial das inovações. Estes processos são vistos a longo prazo como decorrência das dificuldades, facilmente imagináveis de identificação dos interesses do centro com os da periferia.

A Teoria da Propagação das Ondas de Inovação

Os problemas de desenvolvimento, sendo encarados como relacionados com a difusão de inovações, inclusive sobre o espaço geográfico, gerando formas de desenvolvimento regional, exigem que se busque um quadro teórico adequado, em que os mesmos possam ser referenciados.

Um geógrafo suéco — Torsten Hägerstrand contribuiu eficazmente para a análise destes problemas, com uma Teoria da Propagação das Ondas de Inovação, também conhecida como Teoria da Difusão Espacial das Inovações (Hägerstrand, 1953). Esta proposição foi primeiramente relacionada com a difusão de inovações agrícolas em uma área da Suécia Central como, por exemplo, as formas de controle da tuberculose bovina. Logo a seguir, a contribuição de T. Hägerstrand foi utilizada em muitos países testando diferentes formas de difusão. Seis elementos essenciais devem ser inicialmente considerados na análise da difusão espacial: a área ou meio, o tempo, o componente (material ou não) a ser difundido, a origem, o destino, e as formas de movimento do componente.

Realizando uma série de perfis de difusão de inovações, T. Hägerstrand percebeu vários padrões de repetição, o que permitiu a construção de um modelo de quatro estágios espaço-temporais relativos ao que denominou de “ondas de inovação”.¹⁵

15. A Teoria da Difusão Espacial das Inovações distingue dois tipos principais de difusão: a) por expansão, de uma população de uma região para outra. Pode ser realizada por contágio, envolvendo contato direto ou por processos hierárquicos, através de uma gradação de ordem, classes ou hierarquias; b) por relocação, quando há transferência do difundidor e das coisas difundidas de uma área para outra, onde quase sempre ocorrerá uma difusão por contágio. Formas combinadas de difusão por expansão e por relocação podem ser encontradas.

O primeiro estágio — chamado também de estágio primário — refere-se ao início da difusão espacial com a formação de centros de irradiação das inovações. Estas serão mais aceitas por uma população, quanto maior for a proximidade dos centros irradiadores. O segundo estágio — o da difusão — caracteriza-se pela adoção das inovações por uma parte da população mais distante do centro principal, crescendo os centros secundários. No estágio de condensação, o terceiro, temos o crescimento da adoção da difusão e no último, o da saturação, ocorre uma lenta e eventual cessação do processo de difusão, assim como um crescimento assintótico geral, mas lento, até atingir um máximo (Haggett, 1972, p. 351). É fácil associar os centros de irradiação com as cidades que passam, então, a ter o mais importante papel no processo de difusão espacial do desenvolvimento.

CONCLUSÃO

As teorias de localização trazem uma importante contribuição à compreensão do mecanismo de tomada de decisões locais por parte dos agentes econômicos tendo como resultado a tendência geral à concentração das atividades econômicas gerando diferenciais de crescimento regional.

Apesar das dificuldades de se relacionar um corpo teórico microeconômico, em que se destacam os modelos de decisão individual (as teorias locais) com os objetivos sociais dos padrões de localização (as teorias de desenvolvimento de caráter macroeconômico), é possível, com base em J. Friedmann (1966), tentar uma sintetização das relações localização/desenvolvimento regional da seguinte forma: *a*) uma economia regional é aberta ao mundo exterior, sujeita à influência externa; *b*) como conseqüência, o desenvolvimento econômico regional é induzido externamente; *c*) o crescimento do setor de exportação se traduz no crescimento de setores regionais, como habitação, serviços públicos e privados etc; *d*) a liderança local é crítica no ajustamento à mudança externa; *e*) o desenvolvimento econômico regional é um problema na localização de firmas; *f*) o desenvolvimento econômico acontece em uma matriz de regiões urbanas, através da qual a economia espacial é organizada. Há dois elementos principais na organização das atividades econômicas sobre o espaço: — um sistema de cidades, organizado hierarquicamente de acordo com as funções desempenhadas pelas mesmas; — o que corresponderia às áreas de influência urbana ou *urban fields*, circundando cada uma

das cidades do sistema; *g*) quando o desenvolvimento econômico é sustentado sobre longos períodos, resulta em uma progressiva integração do espaço econômico.

Brian J. L. Berry (1969, p. 288), comentando a contribuição de Friedmann, afirma que “se o desenvolvimento é sustentado em elevados padrões, as diferenças entre o campo e a cidade são progressivamente eliminadas e o espaço econômico é integrado por fluxos externos de impulsos de crescimento através da hierarquia urbana e pelas migrações internas de trabalho para as localidades centrais”. Assim, “é a total integração do espaço econômico nacional o que constitui o fim “moderno” do espectro do desenvolvimento. Essencialmente, o que a Teoria do Desenvolvimento sugere é que a contínua expansão nas principais cidades centrais deveria levar a impactos catalíticos nas regiões circundantes. Impulsos de desenvolvimento e de avanço econômico deveriam “escorrer” (*trickle down*) aos menores lugares e, por último, infundir dinamismo até a mais remota e tradicional periferia.”

Finalmente, é preciso ressaltar que as abrangentes proposições sobre a localização e o desenvolvimento regional constituem-se, ao mesmo tempo, em importante marco teórico da maneira pela qual se processa a dinâmica da organização do espaço em termos analíticos (compreensão da realidade), preditivos (comportamento de elementos sobre determinadas condições) e de planejamento, ou seja, a proposição de alternativas para se atingir uma efetiva regionalização do desenvolvimento. Estas aplicações — particularmente as duas últimas — necessitam ser dinamizadas entre nós para que se atinja o almejado objetivo de oferecer uma contribuição ao desenvolvimento nacional integrado.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M. C. (1970), *Espaço, polarização e desenvolvimento*. Recife, Ed. Brasiliense.
- Becker, B. K. (1972), Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 34 (4): 101-116.
- Becker, B. K. (1974), A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. 3º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Belém/Pará, julho de 1974. *Simpósios*, p. 55-85.
- Berry, B. J. L. (1969), Relationships between regional economic development and the urban system. *Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie*: 283-307.
- Böventer, E. von (1963), Towards a united theory of spatial economic structure. European Congress, Zürich, 1962. *Papers of Regional Science Association*, 10: 163-168.
- CEPAL/ONU (1951), *Estúdio económico de América Latina 1949*. Nova York, CEPAL, ONU.

- Christaller, W. (1933). *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena.
- Christaller, W. (1966). *Central places in southern Germany*. Trad. de: Die zentralen Orte in Süddeutschland, por C. W. Baskin. E. Cliffs, Nova Jersey, Prentice-Hall.
- Corrêa, R. Lobato (1968). As redes urbanas do Brasil. In: *Subsídios à regionalização*, Rio de Janeiro, IBGE, p. 179-208.
- Corrêa, R. Lobato e Lojkasek, V. S. (1972). Uma definição estatística da hierarquia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, 34 (3): 154-171.
- Dunn, E. S. (1954). *The location of agricultural production*. Gainesville, University of Florida Press.
- Faissol, S. (1972). Pólos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica. *Revista Brasileira de Geografia*, 34 (2): 52-80.
- Faissol, S. (1972). A estrutura urbana brasileira: uma visão do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Geografia*, 34 (3): 19-123.
- Ferreira, C. M. C. (1972). Um estudo de regionalização do Estado de Minas Gerais por meio de um modelo de potencial. In: *Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. P. R. Haddad (ed.), Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 151-186. (Publicado originalmente pelo CEDEPLAR: UFMG em 1971).
- Friedmann, J. (1966). *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, The M. I. T. Press.
- Friedmann, J. (1969). La estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, vol. III, nº 9-10, Cali.
- Gaspar, J. (1972). *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Geiger, P. P. (1970). Modelo da estrutura espacial do Brasil. In: *Curso para professores de Geografia 16*. Rio de Janeiro, IEGE, p. 9-28.
- Geiger, P. P. e Davidovich, F. R. (1974). Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil, sob o efeito da industrialização. 3º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Belém/Pará, julho, *Simpósios*, p. 19-38.
- Geiger, P. P. et al. (1974). Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (4): 3-36.
- Griffin, E. (1973). Testing the von Thünen theory in Uruguay. *Geographical Review*, 63: 500-516.
- Haddad, P. R. e Schwartzman, J. (1972). Teoria dos pólos de desenvolvimento: um estudo de caso. *Monografia nº 7*, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG.
- Hägerstrand, T. (1953). *Innovationsforloppet ur korologisk synpunkt*. Lund.
- Hilhorst, Jos. G. M. (1973). *Planejamento regional. Enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Hirschmann, A. O. (1960). *The strategy of economic development*. New Haven, Yale Univ. Press.
- Isard, W. (1956). *Location and space economy*. Cambridge, Mass., M. I. T. Press.
- Isard, W. (1960). *Methods of regional analysis*. Cambridge, Mass., M. I. T. Press.
- Isard, W. (1969). *General theory: social, political, economic and regional*. (em col. com T. E. Smith, P. Isard, T. H. Tung e M. Dacey). Cambridge, Mass. and London, M. I. T. Press.
- James, P. E. (1959). *Latin America*. 3ª ed. Nova York, the Odyssey Press.
- Keeble, D. E. (1967). Models of economic development. In: *Socio-economic models in geography*. Chorley, R. J. e Haggett, P. (ed.), Londres, Methuen, p. 243-302.
- Kennelly, R. A. (1954). The location of the Mexican steel industry. In: *Readings in economic geography*. Smith, R. H. T., Taaffe, E. J. e King, L. J. (ed.), Chicago, Rand McNally, p. 126-157.
- Lasuén, J. R. (1969). De los polos de crecimiento. *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*. Nº 68-69. Caracas.
- Lindberg, O. (1953). An economic-geographic study of the Swedish paper industry. *Geografiska Annaler*, 35: 28-40.
- Lloyd, P. E. e Dicken, P. (1972). *Location in space: a theoretical approach to economic geography*. Nova York, Harper & Row.
- Lösch, A. (1940). *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jena.
- Mota, F. (1968). *Manual de localização industrial*. 2ª ed. Rio de Janeiro, APEC Ed.
- Muller, P. O. (1973). Trend surfaces of American agricultural patterns: a macro-thünian analysis. *Economic Geography*, 49: 228-242.
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and underdeveloped regions*. Londres, Gerald Duckworth.
- North, D. (1955). Location theory and regional economic growth. *Journal of Political Economy*, 63: 243-258.
- Ornelas, W. V. e Silva, S. C. Bandeira de Mello (1974). *Planejamento territorial, considerações sobre o caso baiano*. Comunicação ao 1º encontro de planejamento e desenvolvimento regional. São Paulo.
- Perroux, F. (1955). Note sur la notion de "pôle de croissance". *Economie Appliquée*, 8: 307-320.
- Perroux, F. (1964). *L'économie du XXème siècle*. 2ª ed. Paris, Pr. Univ. de France.
- Pfeiffer, G. (1962). Brasilien als Entwicklungsland — Beobachtungen im Hinterland von Rio, in Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás und Amazonien. In: *Entwicklungshilfe und Entwicklungsland*. Westf. Geogr. Studien, 15: 125-194.
- Silva, S. C. Bandeira de Mello e Galbraith, J. H. (1973). A organização do espaço na Bahia, uma análise fatorial. In: *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Vol. 1: 53-71, Salvador.
- Soares, D. (1973). Proposição de regionalização administrativa para o Estado da Bahia. In: *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Vol. 1: 77-105, Salvador.
- Stöhr, W. (1974). Interurban systems and regional economic development. *Resource Paper Nº 26*. Washington, Association of American Geographers.
- Teixeira, M. P. V. (1972). A rede fluminense de localidades centrais. *Revista Brasileira de Geografia*, 34 (3): 172-190.
- Thünen, J. H. von (1826). *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Pt. 1, Hamburg.
- Tolosa, H. C. (1972). Pólos de crescimento: teoria e política econômica. In: *Planejamento Regional: Métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 191-244.
- Tolosa, H. C. (1974). Diferenciais de produtividade industrial e estrutura urbana. 3º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Belém/Pará, julho. *Simpósios*, p. 1-17.

- Törnqvist, G. (1970), *Contacts systems and regional development*. Lund, C. W. K., Gleerup.
- Waibel, L. (1958), *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE-CNG.
- Webber, M. J. (1972), *Impact of uncertainty on location*. Cambridge, Mass., MIT.
- Weber, A. (1909), *Über den Standort der Industrien*. Tübingen.
- Wolpert, J. (1964), The decision process in spatial context. *Annals of the Association of American Geographers*, 54: 537-558.
- Yunovsky, O. e Tobar, C. R. (1968), Esquema de assentamentos urbanos em uma área de la mesopotamia argentina. In: *Simpósio de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, IPGH, 1968, p. 248-310.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo a análise das teorias de localização das atividades econômicas e suas relações com as de desenvolvimento regional. Inicialmente é analisada a teoria de localização das atividades agrícolas, com base na contribuição pioneira de von Thünen (1826) e em proposições recentes (Dunn, 1954 e Haggett, 1972) em que fica destacada a importância da posição do produtor com relação ao mercado consumidor. A localização das indústrias é analisada a partir das proposições de Weber (1909), com destaque aos custos de transporte, e nas de Perroux (1955), demonstrando a relevância das economias externas de aglomeração que surgem em torno de uma indústria-motriz. Os serviços são analisados com base na contribuição de Christaller (1933) e Lösch (1940) definindo o papel das cidades como sendo o da distribuição de bens e serviços e os princípios que explicam o número, os tamanhos e a distribuição dos centros urbanos. A Teoria Centro-Periferia (Friedmann, 1966) surge como uma sintetização das interdependências entre as teorias setoriais de localização, destacando as tendências à conservação espacial das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais.

Após o reconhecimento, com base em Hilhorst (1973) do fato de que ainda não existe uma teoria adequada do desenvolvimento regional, é feita uma análise das proposições teóricas do desenvolvimento regional induzido interna ou externamente, destacando-se os fatores intra e extra-regionais, e da Teoria da Propagação das Ondas de Inovação (Hägerstrand, 1953) que corresponde a uma visão espacial do conceito de desenvolvimento como sendo o da difusão de inovações no sistema econômico. Concluindo, o autor ressalta a importância das cidades na organização espacial da economia e no processo de desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Location theories and regional development. The work aims to analyze the location theories and their relations to the regional development theories. First the Author analyzes the agricultural locational theory on the basis of von Thünen's (1826) pioneer contribution and the recent propositions by Dunn (1954) and Haggett (1972) which emphasize the importance of the producer's position in relation to the market. The location of industries is studied from Weber's (1909) viewpoint stressing transportation costs and from Perroux's (1955), showing the relevance of the external economies which appear around a propulsive industry. Services are then analyzed based on Christaller's (1933) and Lösch's (1940) contributions defining the role of the cities as being the distribution of goods and services, and the

principles that explain the number, sizes and arrangement of urban centers. The Center-Periphery Theory (Friedmann, 1966) appears as a synthesis of interdependencies among the sectorial theories of location, emphasizing tendencies to spatial concentration of economic activities generating great regional imbalances.

After agreeing, based in Hilhorst (1973), that there is not yet an adequate theory of regional development, the Author analyzes the theoretical propositions of internally or externally generated development, stressing the inter- and extra-regional factors and the Propagation of Innovation Waves (Hägerstrand, 1953) which correspond to a spatial vision of the development concept as a diffusion of innovations in the economic system. Finally the Author stresses the importance of the cities on the spatial organization of the economy and on the process of regional development.

EXCHANGE — INTERCÂMBIO — ÉCHANGE

A Associação de Geografia Teórica deseja entrar em contato com entidades geográficas para intercâmbio de publicações, colocando à sua disposição o **Boletim de Geografia Teórica e Geografia**.

Toda correspondência deve ser enviada para:

Associação de Geografia Teórica
Caixa Postal, 178
13500 — Rio Claro (SP) — Brasil

The Associação de Geografia Teórica asks for exchange with geographical institutions and departments offering the **Boletim de Geografia Teórica and Geografia**.

Please send the correspondence to:
Associação de Geografia Teórica
Caixa Postal, 178
13500 — Rio Claro (SP) — Brasil